

ARTIGO

MIGRANTES NORDESTINOS NO VALE DO RIO BRANCO

Resumo

O presente artigo discute a migração de nordestinos para o vale do Rio Branco entre 1890 e 1930. Dessa forma, dentro da dinâmica do movimento migratório desencadeado entre o Nordeste e a Amazônia nos tempos áureos da borracha, vale ressaltar que o Rio Branco permaneceu à margem desse processo. Exceto pela presença de algumas famílias cearenses, paraibanas, piauienses, ligadas principalmente à criação de gado, além de trabalhadores desmobilizados após a crise da borracha. Busca também analisar alguns aspectos do cotidiano da vila de Boa Vista, utilizando como fonte os diários dos viajantes que percorreram a região nesse período, permitindo vislumbrar a formação de uma sociedade na qual os migrantes buscaram reproduzir as características do lugar de origem.

Palavras-chave

Corrente migratória; Nordestinos; Amazônia; Vale do Rio Branco.

Abstract

This paper discusses the migration from the Northeast to the White River Valley between 1890 and 1930. Thus, within the dynamics of the migratory movement triggered between the Northeast and the Amazon in the heyday of rubber, it is noteworthy that the White River remained outside this process. Except for the presence of some families of Ceará, Paraíba, Piauí, linked mainly to livestock, and demobilized workers after the crisis of the rubber. It also seeks to analyze some aspects of everyday village of Boa Vista, using the diaries as a source of travelers who visited the area during this period, allowing a glimpse of the formation of a society in which migrants sought to reproduce the characteristics of the place of origin.

Keywords

Chain migration; Northeasterners; Amazon, Vale do Rio Branco.

* Graduado em História pela Universidade Federal de Roraima – UFRR e mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Introdução

Não obstante estar economicamente ligado às áreas de extração da borracha, como fornecedor de gado vivo para Manaus, seu principal mercado consumidor, o vale do Rio Branco permaneceu praticamente à margem desse movimento migratório. Entre as razões que possam explicar o reduzido fluxo de migrantes nordestinos para a região, a principal delas pode estar ligada ao fato da pecuária extensiva – base da economia local – depender de poucos trabalhadores, atividade que já vinha sendo executada por vaqueiros indígenas desde a introdução das primeiras cabeças de gado, no final do século XVIII.

A crise da economia da borracha na Amazônia, a partir do início da década de 1910, acentuando-se nos anos 1920, se por um lado trouxe desemprego para toda a região, por outro pode ter contribuído para aumentar a migração de trabalhadores, principalmente nordestinos empobrecidos egressos dos seringais para o Rio Branco. Sobre esse aspecto, Vieira (2007, p. 56) destaca que “fazendeiros já estabelecidos em Boa Vista teriam acumulado algum capital com a venda de gado para Manaus, no auge da borracha, e que teriam se encarregado de recrutar e financiar a vinda” desses trabalhadores, que passaram a trabalhar sob o sistema de sorte.

Concomitantemente à crise da borracha, ocorrem os primeiros sinais da exploração de ouro e diamantes nos leitos dos rios Maú e Cotingo, ao norte do Município de Boa Vista. Segundo Rodrigues (1996, p. 04) essa atividade “iniciou-se em 1912 com as descobertas dos primeiros garimpos”, dando um novo impulso na migração para o Rio Branco. Mas adverte que os garimpos só passaram a exercer efetivamente atração populacional, ainda que de forma incipiente, no final dos anos 1930, com a descoberta dos diamantes da serra de Tepequém.

Tais fatores, em conjunto, certamente contribuíram para estimular a chegada de novos migrantes, principalmente, a partir do início dos anos 1920, quando eventos de ordem política e econômica propiciaram a formação de uma nova conjuntura mais favorável à migração. Este artigo, que faz parte da pesquisa “Migração de nordestinos para o vale do Rio Branco (RR) entre 1890 e 1930”, trata da presença de nordestinos no Rio Branco, privilegiando as relações trabalhistas, o cotidiano e a influência na sociedade local. Antes, porém, mesmo que de forma sucinta, é importante um breve relato da ocupação portuguesa nas terras da região.

Breve relato da ocupação portuguesa no vale do rio branco

Segundo Farage (1991, p. 55-6), “os historiadores do Rio Branco em geral localizam o avanço para a região nas últimas décadas do século XVII, tomando-o como uma consequência da expansão portuguesa para o Rio Negro nesse período”. Dentro desse processo, percebe-se a urgência da política oficial do Estado português no sentido de ocupar a região, não só pela sua importância para o mercado interno colonial como zona de suprimento de escravos índios, mas, principalmente, pela sua posição estratégica para a defesa da Amazônia de possíveis aventuras expansionistas dos vizinhos espanhóis e holandeses.

Dessa forma, a ocupação efetiva do vale do Rio Branco tornou-se uma questão central para os portugueses. Por conta disso, o embate contra os espanhóis, no Rio Uraricoera¹, que resultou na expulsão destes, forçou a Coroa a iniciar entre 1775 e 1776, a construção do Forte São Joaquim e o aldeamento dos índios da região (FARAGE, 1991, p. 123). O local escolhido estrategicamente foi a margem direita do Tacutu, na junção deste rio com o Uraricoera para formar o Branco, inibindo assim possíveis investidas dos vizinhos ao Rio Negro.

No tocante à política de aldeamentos, sustentada por novos descimentos de indígenas de suas comunidades, segundo Vieira (2007, p. 19), pode ter sido este tipo de investimento a forma encontrada pela Coroa portuguesa para garantir a ocupação do território tornando os índios atores importantes, capazes de sustentar a própria posse da região. Entretanto, da forma como foi conduzida tal política, marcada pelo desrespeito e a violação dos códigos culturais indígenas, o sistema estava fadado ao fracasso, fato comprovado pelas constantes revoltas por parte dos índios aldeados.

Sobre o fracasso dos aldeamentos, Farage (1991, p. 125) observa que a despeito das trágicas consequências desses levantes, ocorridos entre 1780 e 1781, não foi suficiente para dissuadir a Coroa portuguesa de uma nova tentativa de reorganização dos aldeamentos, em 1784, ainda que tivesse curta duração, pois uma nova revolta, em 1790 encerrou a experiência de aldeamentos no Rio Branco, durante o período colonial.

Vieira (2007, p. 28) lembra que a “segunda tentativa de submeter os índios a novos aldeamentos” consista no fato da Coroa portuguesa estar em dificuldades financeiras para trazer não-índios, evidenciando que o domínio do Rio Branco naquele momento passava pela aliança com os indígenas da região, especialmente os Macuxi

¹ Segundo Farage (1991, p. 122) a presença dos espanhóis foi detectada nos domínios pretendidos pelos portugueses, em 1775, quando estavam aquartelados no Rio Uraricoera onde já haviam formado dois aldeamentos indígenas.

e Wapixana, além de outros grupos menos numerosos. Ainda segundo Vieira (2007, p. 33), o fracasso dos aldeamentos, no final do século XVIII resultou na adoção de um novo projeto visando à ocupação definitiva do Rio Branco: o projeto pecuário, que será abordado a seguir.

Origem da pecuária no Vale do Rio Branco

A criação de gado nos campos e savanas do alto Rio Branco teve seu início no final do século XVIII, quando o governo português instalou três fazendas estatais, denominadas de Fazendas Reais: a de São Marcos, a de São Bento e a de São José. O objetivo da instalação das mesmas era assegurar, por meio da “pata do boi”, a posse portuguesa no extremo norte da Colônia e vincular esta região – oferecendo gado vivo – às áreas do Rio Negro e do Rio Amazonas, voltadas para o extrativismo e roças (BARROS, 1995, p. 47).

Segundo Barros (1995, p. 47), “as três fazendas localizavam-se acima do ponto onde hoje se encontra a cidade de Boa Vista”. Vieira (2007, p. 34), seguindo o mesmo raciocínio, fornece algumas informações a mais sobre a localização das Fazendas Reais: a do Rei, registrada com o nome de “São Bento”, foi fundada a oeste, entre os rios Uraricoera e Branco; a “São José” foi instalada nas proximidades do Forte São Joaquim; a terceira e última, de nome “São Marcos” foi criada no setor norte, entre os rios Uraricoera e Tacutu.

A implantação da pecuária nos campos do Rio Branco – por Manuel da Gama Lobo D’Almada, que ali introduziu as primeiras cabeças de gado em 1787, criando primeiro a fazenda da Coroa e, depois, as outras duas fazendas – iniciativa que obedecia à política oficial do governo da capitania de São José do Rio Negro, visava integrar a região ao mercado interno colonial, e assim torná-la um pólo de atração e fixação de colonos (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 272).

No entanto, essa política oficial não surtiu de imediato o efeito desejado, posto que no contexto da economia extrativista da Amazônia, a pecuária, ao longo do tempo, representou uma atividade apenas marginal e de baixa rentabilidade. O quadro era agravado pela lentidão e irregularidade da comunicação entre o alto Rio Branco e Manaus, tornando essa atividade menos atraente (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 273). Além das dificuldades de se chegar à região, sua economia não despertava a atenção de migrantes.

De acordo com essa fonte, a pecuária constituía, até as últimas décadas do século XIX, uma atividade de subsistência, complementar ao extrativismo, iniciada enquanto atividade de colonos pobres, que ali chegavam em levas migratórias pro-

vocadas pelas secas que devastavam o Nordeste do país nas últimas décadas daquele século. No entanto, o modesto aproveitamento econômico da região motivou a formação de um núcleo pecuário que passara a pressionar as terras estatais e as terras indígenas (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 273).

Assim, a colonização civil no vale do Rio Branco, iniciada na segunda metade do século XIX, consolida a economia pecuária na região, fixa a mão-de-obra indígena e inaugura a espoliação dos territórios indígenas. O uso excessivo dos índios em todas as modalidades de trabalhos levou o viajante francês Henri Coudreau, em 1887, a afirmar que a economia regional dependia inteiramente da mão-de-obra indígena, desde serviços domésticos à navegação, as construções ou a agricultura (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 270).

Com o advento da República e a criação do Município de Boa Vista (1890), uma série de dispositivos legais presentes na Constituição de 1891 favoreceu a consolidação da ocupação fundiária no Rio Branco, além de ter sido omissa quanto à situação jurídica dos povos indígenas, que viram-se expropriados de boa parte de seus territórios (FARAGE e SANTILLI, 1992, p. 274-8). Esta forma de ocupação, ao lado da grilagem de terras estatais e indígenas, ao que parece, propiciou o enriquecimento de grandes proprietários, membros de famílias já estabelecidas no Rio Branco.

Influência nordestina na sociedade local

Desde as últimas décadas do século XIX, e um pouco antes, que famílias de origem nordestina passaram a se estabelecer no vale do Rio Branco. Desse modo, a presença de cearenses, piauienses, paraibanos, maranhenses, entre outros, contribuiu para formar uma sociedade na qual o Nordeste brasileiro pode ser visto em múltiplas manifestações, sejam elas culturais, políticas, religiosas. Claro, não sem antes adaptar-se aos usos e costumes locais.

Assim, uma leitura atenta da obra de Barros (1995) permite vislumbrar uma pequena população de migrantes, envolvida basicamente com a atividade pecuária:

Cerca 30 anos de “boom” da borracha teria adicionado à população das terras do Rio Branco cerca de 6.000 habitantes, vivendo em quase totalidade no bolsão pecuário em torno de Boa Vista, onde se cristalizou uma sociedade pastoril, com roças de subsistência, e recurso à caça e pesca. Dessas fazendas e dos migrantes nordestinos emergiu uma cultura material baseada no couro, não tão intensa quanto no semi-árido do nordeste do Brasil – sertão –, provavelmente, pelo menos quanto ao vestuário de couro para o cavaleiro e cavalo, postos que as savanas e campos são coberturas vegetais abertas, e não de arbustos entrelaçados e plantas espinhosas como a caatinga. (BARROS, 1995, p. 52).

Observando atentamente a citação acima, pode-se constatar que a preferência por parte desses cerca de 6.000 migrantes pela zona de pecuária do Município de Boa Vista, ao lado da cultura material baseada no couro, denotam sua origem no sertão nordestino. Essa cultura material moldada a partir daí, cuja importância foi percebida por Rice (1978)², quando visitou as fazendas do alto Rio Branco em 1924, evidencia a influência nordestina na região, principalmente nas atividades ligadas à criação de gado.

Esta influência também pode ser constatada na labuta diária das fazendas, na lida dos vaqueiros com o gado bravo dos lavrados (campos nativos de Roraima), conforme verificou Pereira (1917)³, quando esteve no alto Rio Branco no inverno de 1917. Percorrendo as fazendas da região, a convite de pecuaristas locais, inclusive a Fazenda Nacional São Marcos – então pertencente ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) –, este mesmo autor acabou percebendo que aí o trabalho com o gado era realizado por indígenas.

Ainda nessa mesma visita às fazendas do entorno de Boa Vista, notou Pereira (1917, p. 29) que os vaqueiros da comitiva da qual fazia parte “eram todos do Piauí e do Ceará, em cujas famílias nunca se conheceu outra profissão”. A leitura do relato desse autor permite verificar algumas semelhanças entre o vaqueiro do sertão nordestino e o dos campos do Rio Branco. As técnicas de manejo do gado e o sistema mais usual de pagamento – a sorte –, além de alguns artefatos de trabalho e mesmo de uso doméstico, eram tipicamente nordestinos.

Uma dos aspectos que permite constatar tais semelhanças diz respeito à cultura do couro, presente tanto no Rio Branco como no sertão. Assim, para enfrentar os galhos secos e os espinhos da caatinga, o sertanejo usava um uniforme resistente, formado pelo gibão, peitoral, pernas, luvas e chapéu desabado, todos de couro. O vaqueiro dos lavrados, área que oferecia poucos obstáculos ao seu trabalho, só não dispensava o chapéu e as pernas. O restante dos artefatos de trabalho, inclusive o cordame de laçar os bois, era feito de couro.

Segundo Queiroz (1997, p. 19-20), o boi impusera sua marca na civilização do sertão, a ponto de esta ser chamada por muitos autores – a exemplo de Capistrano de Abreu – de “civilização do couro”. No sertão, de acordo com essa autora, um sem-número de objetos era feito de couro, além dos uniformes que protegiam os

2 O norte-americano Hamilton Rice, membro da “American Geographical Society”, realizou uma expedição com destino ao vale do Rio Branco (1924/1925), relatada na obra: “Exploração na Guiana Brasileira. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978” (BARBOSA & FERREIRA, 1997).

3 Ex-Deputado Federal pelo Estado do Amazonas que, após visitar o Rio Branco em 1911, elaborou o relatório “O Rio Branco: Observações de Viagem. Manaus: Imprensa Pública, 1917”.

vaqueiros e os cavalos na lida diária com o gado das caatingas. Entre esses artefatos estavam as portas das casas, alforjes, mantas, mochilas, além de outros utensílios utilizados na rotina doméstica pelo sertanejo.

A esse respeito, Rice (1978), quando esteve na Fazenda Alagadiço, na região do Rio Amajari – alto Rio Branco — observou que algumas redes e cadeiras dessa localidade eram feitas de couro de vaca, sendo as primeiras fabricadas de couro cortado em tiras compridas, de uma polegada de largura, trançadas como um cesto e formando rede (RICE, 1978, p. 26). Isto evidencia um modo de vida rural e fortemente influenciado pela presença nordestina, percebido de imediato por quem visitava as fazendas da região.

Por conta disso, Pereira (1917, p. 22) percebeu que “das colônias brasileiras de outros Estados as mais numerosas são a piauiense, a cearense e a paraibana, notadamente, as duas primeiras, principais fornecedoras de vaqueiros às fazendas. Há também alguns maranhenses e pernambucanos”; além da colônia turca, ligada ao comércio de Boa Vista. Do mesmo modo, Eggerath (1924, p. 22)⁴ também confirma essa informação, ao se referir à forte presença de nordestinos (piauienses, cearenses, paraibanos, maranhenses) entre a população local.

Quanto às relações de trabalho presentes nas fazendas do alto Rio Branco, assim como nos seringais amazônicos, prevalecia o sistema de aviamentos, por meio do qual, o patrão fornecia ao vaqueiro desde gêneros alimentícios, ferramentas de trabalho, até roupas e remédio, a serem pagos com o fruto da sorte, relação de trabalho que consistia na partilha anual do gado, conforme explica Vieira (2007):

Fazia-se antes o rodeio do gado, o fazendeiro trazia os ferros de marcar, que guardava sempre consigo na cidade. De cada quatro bezerros, o vaqueiro recebia um, escolhido por sorteio. Ocorre que durante todo o ano o fazendeiro fornecia aviamentos de toda ordem ao vaqueiro: alimentos, remédios, utensílios, munição, dinheiro, etc. O vaqueiro efetuava no momento da partilha, o pagamento desses aviamentos com os bezerros a que tinha direito. Primeiro machos e, esses não sendo suficientes, fêmeas, o que ocorria com frequência (VIEIRA, 2007, p. 56).

Este autor afirma ainda que esse tipo de pagamento era uma forma de atrair mão-de-obra, mesmo havendo aí uma exploração do vaqueiro. Essa exploração, segundo ele, se dava por duas maneiras: “primeiro pela subavaliação dos bezerros e, segundo, porque os preços dos aviamentos eram sempre mais caros nos barracões das fazendas” (VIEIRA, 2007, p. 57).

4 O Abade da Ordem dos Beneditinos, D. Pedro Eggerath, realizou um estudo sobre o vale do Rio Branco no início dos anos 1920, intitulado “O vale e os índios do Rio Branco. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924”.

Divergindo desse ponto de vista, Pereira (1917, p. 40) obteve informações com alguns fazendeiros do Rio Branco sobre esse sistema de partilha, onde estes se queixavam que lá, o mesmo tinha sempre dado os piores resultados para o dono da fazenda, posto que depois de alguns anos de trabalho o vaqueiro tinha mais gado que o próprio patrão.

Santos (2004) após consultar alguns estudos sobre a pecuária no Rio Branco, além de outros aspectos, confirma essa possibilidade da qual se beneficiavam alguns poucos vaqueiros nordestinos tornando-se fazendeiros, ascendendo social e mesmo politicamente.

Uma leitura da obra de Freitas (2000b) sobre a origem de inúmeras famílias tradicionais roraimenses permite vislumbrar-se um modelo do surgimento destas a partir da atividade criatória, enquadrando-se no afirmado acima: entre o fim do século XIX e início do XX, um nordestino ou paraense, relativamente jovem, vem para Roraima, assume a condição de vaqueiro e, como tal, desfruta da sorte, isto é, da participação de um quarto das novas rezes e, alguns anos depois, “situa” ou funda uma ou mais fazendas. Exemplo disso foi Domingos Braga, nascido no Ceará, que após trabalhar algum tempo no Pará, foi atraído pela notícia da existência de gado na região do rio Amajari, em Roraima. Depois de alguns anos como vaqueiro transformou-se em fazendeiro, situando, isto é, fundando, duas fazendas (SANTOS, 2004, p. 162).

A leitura dos diários e relatórios de alguns políticos e viajantes estrangeiros que percorreram o vale do Rio Branco nesse período permite vislumbrar a forma preconceituosa como eram vistos os habitantes do Município de Boa Vista. Para Pereira (1917), por exemplo, que havia viajado bastante pelo país, era patente a falta de iniciativa dos moradores da vila de Boa Vista. Ele, assim como certos viajantes, foi incapaz de perceber que não havia muitas opções para a população dessa região distante e isolada.

Uma das primeiras coisas percebidas por Pereira (1917, p. 47) foi a pouca inclinação dos moradores de Boa Vista para trabalhos mais onerosos, pois “não gostavam de movimentar-se, podendo ficar parados”. Em sua opinião, levando em consideração o avultado rebanho bovino, era para haver na região uma indústria de laticínios, para aproveitar melhor a carne e o leite, oferecendo emprego para a população local, o que traria mais vantagens econômicas para o município do que o comércio de gado vivo para Manaus.

Dessa forma, autores como Pereira (1917), Rice (1978), entre outros, perceberam a negligência da agricultura no vale do Rio Branco, que às vezes era praticada de forma primitiva por alguns nordestinos. Em relação à pecuária, Pereira (1917) percebeu sérios problemas, como a extrema magreza do gado, fato atribuído ao

baixo teor nutritivo do pasto nativo dos lavrados, renovado anualmente por meio de queimadas, a falta de organização do sistema de trabalho nas fazendas, o descaso dos vaqueiros. Tais fatores, ao lado do precário sistema comunicação, talvez possam explicar o atraso da região.

Aspectos do cotidiano em Boa Vista na visão dos viajantes

Uma análise mais atenta da vida cotidiana da população de Boa Vista nesse período, deixa transparecer uma completa falta de atividades econômicas que pudessem elevar o baixo padrão de vida de seus moradores. De todo modo, não resta dúvida de que a pecuária representou a atividade econômica principal e uma das poucas opções de trabalho no alto Rio Branco. Mas nem por isso deixou de ser marcante a presença de migrantes nordestinos, a partir do final do século XIX, contribuindo para moldar uma sociedade formada por fazendeiros, índios, vaqueiros, militares e religiosos.

A leitura da obra de alguns autores locais, a exemplo de Magalhães (1986), Brasil (1996) e Freitas (2000), possibilita vislumbrar mais de perto o cotidiano das pessoas que habitavam Boa Vista no período em análise, assim como permite constatar a origem nordestina de muitas famílias que habitam atualmente na capital do Estado de Roraima, descendentes das famílias tradicionais. De acordo com esses autores, muitos nordestinos, das mais variadas profissões e classes sociais, marcaram presença na vida política, econômica e social da região entre o final do século XIX e início do século XX.

Conforme lembra Freitas (2000, p. 123), a migração de nordestinos para a região se intensificou entre o final do século XIX e o início do XX. Segundo ele, nesse período era forte a presença de famílias paraibanas (Queiroz, Lucena, Melo, Freitas), também era marcante a presença de piauienses, cearenses, rio-grandenses do norte, pernambucanos, sendo os maranhenses em maior número, em especial os provenientes dos vales dos rios Mearim e Pindaré: cidades de Bacabal, Santa Inês, Lago da Pedra, Pedreiras, Pio IX.

Magalhães (1986, p. 41), por seu turno, informa sobre uma colônia de paraibanos que se estabeleceu na localidade Passarão, margem do rio Uraricoera, alcançando grandes lucros com o cultivo do tabaco, chegando mesmo a superar a exportação de bois, no que se refere ao valor monetário. A próspera comunidade teve início com a chegada do pioneiro João Pereira de Melo, proveniente do Estado da Paraíba, em 1910. Seu exemplo logo foi seguido por outros paraibanos, membros das famílias Lira, Queirós e Lucena.

Koch-Grünberg (2006)⁵, navegando pelo rio Uraricoera, no inverno de 1911, visitou essa comunidade. Este viajante a encontrou em completo estado de decadência. A tarde que passara ancorado na localidade Passarão, onde se localizava o pequeno povoado de paraibanos, foi o suficiente para perceber a sujeira espantosa que reinava nas cabanas miseráveis, e que seus moradores sofriam de todas as doenças possíveis da civilização, dando uma impressão de decadência (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 46).

Analisando a sociedade que se formou a partir da atividade pecuária no alto Rio Branco, Da Silva (2003, p. 19) caracteriza-a como sendo uma sociedade “rústica, rural, e formada principalmente por fazendeiros, vaqueiros, além dos militares, religiosos e pequenos comerciantes”. Onde:

A pecuária extensiva era o principal meio de vida. Nesta sociedade observa-se algumas características comumente conhecidas no Ceará, como, por exemplo, a criação baseada no sistema de Quarta⁶. [...] Trata-se de uma sociedade com participação importante de migrantes que, com exceção dos oriundos da Região Norte, eram, majoritariamente, nordestinos: Desde os primeiros momentos da colonização de Roraima, cearenses, maranhenses, e paraibanos se destacaram como um dos principais grupos constituintes desta sociedade (DA SILVA, 2003, p. 19).

Com sutileza e sensibilidade essa autora apresenta um cenário de Boa Vista do início do século XX, quando “a pequena sede era formada por grupos sociais ligados ao comércio localizado na Rua Jaime Brasil⁷, onde também viviam famílias de fazendeiros, funcionários públicos e garimpeiros”. Revelando uma comunidade que se constituía por um cotidiano semelhante ao de um povoado “onde geralmente a maioria das pessoas se conhecia e se reunia no fim de noite para conversar”, tecendo fortes relações sociais (DA SILVA, 2003, p. 63).

Do mesmo modo, as noites enluaradas eram ocasiões propícias para as visitas entre amigos. Nestas ocasiões, “as crianças se reuniam nos terreiros para brincar de roda, de corre, de cipó-queimado, cemitério [...], enquanto os adultos ficavam

5 O etnólogo alemão Theodor Koch-Grünberg, em 1911, percorreu a tríplice fronteira Brasil-Guiana-Venezuela. Desta viagem resultou a obra “Do Roraima ao Orenoco, observação de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. São Paulo: Editora UNESP, 2006”, na qual existem extensas descrições culturais da vida cotidiana dos povos indígenas da área fronteiriça (BARBOSA & FERREIRA, 1997).

6 A sorte ou quarta, consistia em um contrato oral pelo qual o dono de um rebanho entrega um lote de seu gado para um vaqueiro que, como pagamento, tem direito a uma de quatro crias nascidas durante o período combinado (DA SILVA, 2003, p. 19).

7 Atual Avenida Jaime Brasil, que concentra boa parte do movimento comercial do centro de Boa Vista. No período em análise, o comércio estava nas mãos de “alguns portugueses, sírio-libaneses e brasileiros”, que deram impulso à economia local (ASSIS et al., 1987, 48).

em frente às suas casas sentados conversando” (DA SILVA, 2003, p. 63; ASSIS, et al., 1987, p. 48).

Durante o dia, enquanto os adultos se ocupavam das tarefas do dia-a-dia, as crianças se divertiam com suas brincadeiras, entre elas, a de empinar pipas ou papagaios. O uso do “cerol” era comumente adotado. Nessas ocasiões, as rabiolas coloridas tremulavam ao sopro dos ventos contrastando com o azul dos céus de Boa Vista dos anos 1920 (MAGALHÃES, 1986, p. 27-8).

Em relação à moradia, “a maioria das casas eram de taipa ou madeira. Raramente encontravam-se casas de alvenaria que tinham como matéria-prima tijolos duplos. A iluminação nas casas era feita com carburetos e querosene, vindos de Manaus, bem como sebo de gado e óleo de mamona, produtos nativos” (ASSIS et al., 1987, p. 48). Observando a citação, percebe-se a simplicidade do pequeno povoado e sua forte dependência em relação a Manaus, de onde vinha a maior parte das mercadorias e gêneros de primeira necessidade consumidos no local.

De acordo com Assis et al. (1987) e Da Silva (2003), os momentos de maior sociabilidade de Boa Vista eram as festas religiosas, comemorações de casamento, batizados, aniversários e as tradicionais serenatas. Essas comemorações, em geral, eram realizadas nas casas das famílias ou no salão de baile local. Reforçando o exposto, o *Jornal do Rio Branco*, nas edições de 1916 e 1917, dá muita ênfase às atividades ligadas à Igreja (novenas, arraiais, festejos, arrecadação de donativos) noticiadas sempre em primeira mão e ocupando várias páginas.

Desse modo, os festejos de São Sebastião, realizados de 11 a 20 de janeiro, representavam um dos acontecimentos sociais mais aguardados pelos habitantes do Rio Branco e mobilizavam não só a população de Boa Vista, como também os fazendeiros com todos os moradores das fazendas. Para Magalhães (1986) e Freitas (2000), esses fazendeiros patrocinavam com muito fervor as festas religiosas organizadas pela Igreja Católica: a Festa de São Sebastião, o Arraial de Nossa Senhora do Carmo, a Festa de São Francisco, entre outras.

Por ocasião da festa de São Sebastião, de acordo com Magalhães (1986, p. 29-30), “rara era a fazenda que não ficava de porteira aberta”, pois nem mesmo os empregados permaneciam no interior, tamanho era o interesse despertado pelo festejo. Viajando a cavalo, carro-de-boi ou de canoa – era forma como se viajava para Boa Vista naquele tempo –, pouco importava, o importante era prestigiar o acontecimento, que naquela época contava ainda com corridas de cavalos, soltura de balões, quermesses, leilões, jogos de azar, etc.

Em Boa Vista da década 1920, a educação feminina era promovida pelas freiras da congregação dos beneditinos⁸. Este sistema de ensino consistia no regime de internato para meninas indígenas e meninas pobres da região e, regime de externato para filhas de fazendeiros, cujos pais pagavam uma mensalidade. Este tipo de educação religiosa coordenada pelas irmãs beneditinas perdurou até a década de 1940 (DA SILVA, 2003, p. 64).

Em relação à educação formal, o Estado do Amazonas designava alguns professores para o Município de Boa Vista, promovendo um sistema de ensino bastante irregular e deficitário. Desse modo, conforme assinala Assis et al. (1987, p. 49), “dada a inexistência de prédios escolares, alguns professores lecionavam em suas próprias residências ou em casas alugadas para tal fim, pois, não raro, ministravam também aulas particulares”.

Entre as descrições referentes à vila de Boa Vista nesse período, merecem destaque aquelas feitas por Ourique (1906)⁹, Koch-Grünberg (2006), Pereira (1917), Eggerath (1924), Rice (1978), entre outros. Tais descrições revelam aspectos de um povoado rural fortemente ligado à atividade pecuária, mas que também deixam perceber a atuação da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo ditando as relações sociais e os costumes, fazendo-se presente no cotidiano da sociedade boavistense.

Dessa forma, em sua passagem por Boa Vista, Ourique (1906, p. 13) observou que a vila apresentava “perspectivas em geral encantadoras e, de alguns pontos de vista, realmente belas. Possui boas casas, algumas de alvenaria e uma capela (matriz de Nossa Senhora do Carmo) edificada singelamente, mas com relativa elegância”, e que a vila podia ser considerada “como o centro mais importante de todo o movimento comercial, industrial e agrícola do alto Rio Branco”. Além da presença de “duas escolas primárias para ambos os sexos [...], com regular frequência, na sede do município”.

Viajando de Manaus para o alto Rio Branco no inverno de 1911, o etnólogo alemão Koch-Grünberg (2006), enfrentou uma série de percalços, cuja narração ajuda a dimensionar o grau de perigo e dificuldades que esse percurso através do rio – o único até então – oferecia ao transporte de pessoas e do gado vivo.

8 Esta congregação chegou ao Rio Branco no início do século XX, tendo como principal missão o acompanhamento e a evangelização dos indígenas (DA SILVA, 2003, p. 64).

9 O Engenheiro Jacques Ourique, no ano de 1906, a mando do Governador do Amazonas, Dr. Antônio Constantino Nery, fez um relato geográfico e histórico do vale do Rio Branco, descrevendo aspectos econômicos e sociais da região, na obra: “O Valle do Rio Branco: Estado do Amazonas – Edição Especial, 1906” (BARBOSA & FERREIRA, 1997).

Assim, as dificuldades começaram bem antes do início da viagem, quando este viajante teve que esperar dia após dia pelas lanchas das linhas de vapor para o alto Rio Branco. Ao embarcar, ele constata que a embarcação não era barco para passageiros: “Servem ao transporte de bois, alguns milhares de cabeças fornecidas anualmente para Manaus como gado de corte, vindos das grandes savanas do Rio Branco” (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 29).

Durante a viagem, o arguto viajante não deixou de perceber e de participar da convivência amigável que se estabeleceu entre os passageiros – funcionários públicos, latifundiários e lavradores pobres do alto Rio Branco – que lotavam a pequena embarcação, tornando o longo percurso menos tedioso. Para passar o tempo, jogavam cartas até altas horas da noite, as mulheres catavam piolho nas cabeças das crianças, além de outras atividades corriqueiras, tais como atirar em animais e aves na margem do rio. As conversas travadas apontavam para as tensas relações políticas em Boa Vista¹⁰, envolvendo altos membros da política local.

No Porto de Caracaraí, o embarque de 105 bois descidos de Boa Vista chamou a atenção dos passageiros não só pela quantidade de gado e pela sua demora (cerca de 4 horas de trabalho pesado), mas, principalmente pela brutalidade com os animais. Eis a operação:

Então vem de cima, movida pela máquina, uma forte amarra de aço com um laço de corda, que é posta em volta dos chifres curvos do boi. Com essa espécie de guindaste, o pobre animal é içado; ficando algum tempo suspenso de maneira lastimável entre o céu e a água, com o pescoço cada vez mais esticado; então é abaixado cuidadosamente pela escotilha e, quando o porão fica cheio, até o deque. Um acontecimento e tanto! Agora, os bois é que desempenham o papel principal. A barca toda está cheia deles. Eventuais passageiros são apenas hóspedes tolerados e, onde quer que estejam, só incomodam [...]. Onde antes havia redes de dormir a torto e a direito, agora há bois. Onde ficava nossa mesa comprida, à qual comemos e bebemos tão bem e fartamente, e onde os jogadores agitavam incansavelmente suas cartas, bois. Onde nossa bagagem estava alojada, bois. Nada além de bois (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 37).

Ao chegar a Boa Vista, depois de quase quinze dias de viagem, Koch-Grünberg (2006, p. 39-40) descreve a vila como “uma fileira de casinhas claras e agradáveis, na alta e rochosa margem direita”. Para ele, a iluminação das ruas em Boa Vista era nula. Os caminhos (as ruas) estavam cobertos de mato alto, e a rua principal também era área de lazer dos animais, tais como bois e porcos que descansavam em buracos fundos de lama e grunhindo indignados com a aproximação de alguém.

10 Sobre o estado de tensão política reinante no Rio Branco, envolvendo os dois maiores latifundiários da região (J. G. Araújo e Bento Brasil), ver Koch-Grünberg (2006, p. 30).

A presença de bois e porcos perambulando pelas ruas do vilarejo revela o caráter rural da comunidade, assim como sua estreita ligação com a atividade econômica principal: a pecuária extensiva praticada nas fazendas e campos vizinhos.

As poucas horas passadas na vila foram o suficiente para o viajante alemão presenciar um baile na casa de Terêncio Lima, considerado um dos moradores mais influentes de Boa Vista e conhecer um pouco da cultura local.

O baile é bastante monótono, como todos desse tipo. Nada original. Danças européias: valsa, mazurca, quadrilha, como em nosso país (Alemanha). Algumas moças são bem bonitas, de todos os matizes; algumas delas estão usando vestido sem cintura que lhes caem bem, outras estão meio fora de moda, todas em tons claros e leves; os homens vestem ternos escuros de confecções de Manaus. Orquestra: violão, flauta, gramofone. Bebidas: cerveja em garrafa [...]. O salão de baile é uma espécie da varanda, e os empregados índios ficam olhando por sobre a mureta de adobe. Dança arrastada. Muita poeira [...] (KOCH-GRÜNBERG, 2006, p. 39-40).

Na Fazenda São Marcos, administrada pelo baiano Neves, Koch-Grünberg (2006, p. 41-2) não deixou de observar a hospitalidade dos anfitriões, que segundo ele “é um traço característico dos habitantes do Rio Branco”. Essa mesma hospitalidade foi percebida também por Pereira (1917) e por Rice (1978). O dia-a-dia na localidade é marcado pelo trabalho rotineiro dos vaqueiros indígenas. Para começar o dia, leite espumante e “fresquinho da vaca”, boa comida e farta. O viajante destaca ainda a fartura de frutas e animais domésticos (porcos, galinhas) além da forte presença dos índios das redondezas.

Pereira (1917), quando de sua visita a Boa Vista, fez uma descrição da vila, em alguns aspectos, muito parecida com a de seus contemporâneos e que confirma uma característica desta possuir ruas largas:

Boa Vista, de longe, parece ser muito maior do que realmente é. Situada à margem direita do Rio Branco, em uma posição dominante, apresentando casas bem construídas de pedra e cal, cobertas de telhas e geralmente pintadas a cores, impressionando o viajante de modo bem favorável [...]. As ruas da vila são largas como boulevards e não obstante a falta de calçamento, são limpas e secas, mesmo na estação invernosa (PEREIRA, 1917, p. 18).

A população, residindo em 49 casas e barracos – estimada em 500 almas –, conservava “a tradicional hospitalidade brasileira, religiosamente cultivada no Rio Branco e tida como um dever. O hóspede é a pessoa sagrada para a qual está sempre reservado o melhor quarto da casa e o lugar de honra na mesa”. Tinha uma única

farmácia e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo estava em ruínas¹¹. Não contava com água encanada, iluminação pública e, nem mesmo um serviço municipal organizado, apesar do município dispor de um orçamento anual decorrente dos onerosos impostos pagos pelos fazendeiros (PEREIRA, 1917, p. 18-21).

Uma descrição de Boa Vista muito parecida com esta, pode ser encontrada em Veras (2009, p. 69) apresentando alguns pontos positivos a respeito da vila na década 1920, quando esta:

[...] já apresentava casas bem construídas, com misturas de pedra e cal, cobertas de telhas, bem cuidadas e pintadas com cores alegres e uma bela capela que causavam boa impressão a qualquer visitante. Tinha ao todo quarenta e nove residências, entre casas e barracos, que eram dispostas separadas umas das outras, por certa distancia, dando uma impressão de espaço ocupado bem maior do que o real. A Vila já se destacava pela largura das suas ruas, semelhantes a avenidas das grandes cidades. E, apesar de não possuir calçamento, as ruas eram mantidas limpas e bem conservadas.

Assis et al. (1987) apresenta uma descrição de Boa Vista, feita por Joaquim Gondim quando de sua visita à vila em 1922, que depois foi publicada no Boletim n.º 6 da Diocese de Roraima. De acordo com esta descrição:

Não é grande o movimento comercial e industrial da localidade, mas está de acordo com as necessidades da população, que é de seiscentas e vinte e uma almas, segundo o último recenseamento. Boa Vista conta com catorze mercearias, um botequim, uma farmácia, duas oficinas de ferreiro, uma carpintaria e funilaria, uma barbearia e o importante estabelecimento “canto da fortuna” do Senhor João Secundino Lopes, que explora, conjuntamente, o comércio de fazendas, miudezas e estivas, além da indústria da panificação e do fabrico de sabão, servindo-se no preparo de seus produtos, de maquinismos especiais. O seu estabelecimento, o único que possui bombeamento d’água, achava-se provido de instalações elétricas (ASSIS et al., 1987, p. 48).

Entre os religiosos que viajaram pelo Rio Branco na década de 1920, o beneditino Eggerath (1924) deixou uma descrição pormenorizada da Vila de Boa Vista. A população por ele estimada (1.300 habitantes) se aproxima da estimativa feita por Rice (1978) – 1.200 pessoas –, para meados dessa mesma década. Segundo ele:

O aspecto das casas, construídas em parte de pedra e cal, cobertas de telhas dispostas ao longo de ruas largas, é difícil de descrever, muito embora esteja a sede deste enorme município representado apenas por 200 edificações, entre casas e barracas, distantes umas das outras, o que explica a razão das muitas ruas e o fato de parecer Boa Vista, de longe,

11 Segundo informação do Jornal do Rio Branco (dezembro de 1916, p. 02), a frente e parte do telhado da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo haviam desabado em função da infiltração das águas das chuvas, ajudada pela ação das formigas saúvas.

muito maior do que realmente é. A sua população que se pode estimar em 1300 habitantes, compõe-se na sua maioria de famílias de fazendeiros do Rio Branco. Perto do lugar de desembarque, vê-se em uma das praças a Igreja de N. S. do Carmo, de construção antiga e, até sendo consertada condignamente. O edifício da municipalidade fica logo em frente ao porto; é de feição simples, mas sólido. As demais edificações são em sua maioria casas de famílias, afora alguns negócios e barracas (EGGERATH, 1924, p. 12).

Na sua descrição de Boa Vista¹², Rice (1978, p. 25) esclarece que a vila, em 1924, era o único agrupamento nas margens do Rio Branco que tinha a honra de ser chamado de vila. Segundo este mesmo autor, o tecido urbano da povoação era formado por três ruas paralelas ao rio Branco e três perpendiculares, por onde se distribuíam as residências e o comércio. Em seu território havia 164 casas, algumas construídas com tijolo (como a igreja, a intendência, casas e armazém), sendo a maioria feita de reboco e pau-a-pique. Abrigava uma população estimada em 1.200 pessoas, entre portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos da Guiana.

Rice (1978, p. 25) notou a presença marcante de soldados, que faziam parte do “Contingente Especial” de Manaus, mas que terminavam se casando e virando colonos no Rio Branco. Percebeu também a influência que as freiras e os monges beneditinos exerciam nas relações sociais e familiares da população de Boa Vista. Para ele, essa população (brancos e mamelucos) possuía um elevado grau de moralidade, percebido em seus trajes, suas maneiras e sua amabilidade. Todavia, não deixou de observar a negligência da agricultura, e seu aspecto insalubre, em razão do regime alimentar, geralmente carente de frutas e legumes.

Para o final da década de 1920, Said Salomão, influente comerciante local, que chegara a Boa Vista no ano de 1929, tece algumas informações importantes a respeito da cidade¹³ naquele período. Começa contestando as estimativas populacionais estabelecidas por Rice (1978) e Eggerath (1924), acreditando que a população era estimada em 850 habitantes. De acordo com Veras (2009, p. 72), Said Salomão informou a respeito de Boa Vista que:

[...] as construções estavam situadas em sua maioria nas margens do Rio Branco, dada sua importância como via de navegabilidade na época. A infra-estrutura em termos de serviços básicos era inexistente; não havia água encanada e nem energia elétrica. Todavia, havia um hospital de Nossa Senhora de Fátima sob a administração das Madres Beneditinas, que,

12 Durante a expedição ao Rio Branco, com apoio de um hidroavião, Hamilton Rice realizou algumas fotografias aéreas de Boa Vista mostrando seu traçado ortogonal, restrito a um reduzido número de ruas cruzando-se em ângulos retos (BARBOSA & FERREIRA, 1997).

13 No dia 27 de agosto de 1926, o Governador do Amazonas, Ephifânio Ferreira Sales, concedeu foro de cidade à vila de Boa Vista, em cumprimento à Lei estadual nº. 1262” (VERAS, 2009. p. 58).

apesar de não ter um médico permanente, possuía três enfermeiras e um dentista, era tudo que existia no setor de saúde. Em Boa Vista devem existir apenas 15 casas de comércio.

Com efeito, as descrições de Boa Vista nesse período, sob alguns pontos de vista, revelam-se bastante contraditórias. Por um lado os autores concordam em relação à acanhada estrutura física do vilarejo, com a inexistência de serviços básicos como água encanada, iluminação, calçamento. Por outro, verifica-se uma completa discordância quando se trata dos números da população. Na década de 1920, quando prevalece a maioria dessas estimativas, as cifras oscilam entre 620, 850, 1.200 e 1.300 habitantes.

Um ponto onde todos estão de acordo é em relação às ruas largas, impressionando os visitantes. Esta, aliás, é uma das características que a atual capital de Roraima conserva daquela vila rústica e acanhada das últimas décadas do século XIX e das primeiras do XX. São bastante divergentes as referências quanta a conservação dos prédios e limpeza das ruas. Koch-Grünberg (2006) as encontrou cheias de mato crescido e com animais (bois e porcos) descansando em pleno leito. Pereira (1917) as encontrou limpas e secas.

Durante os anos 1920, Boa Vista foi bastante retratada, deixando transparecer um certo ar de decadência à medida em que se aproximava o final desta década. Entre os dados informados por Eggerath (1924) e Said Salomão (1929), a vila teve sua população diminuída em 450 habitantes. Ora, algumas fontes utilizadas neste trabalho demonstram o inverso. A crise da borracha, ao que parece, propiciou um pequeno fluxo de nordestinos para o Rio Branco, atraídos pelos garimpos de ouro e diamantes e também pela pecuária.

Esse decréscimo não justificaria nem mesmo a atração exercida pelas áreas de garimpos sobre a população da sede municipal, posto que esta só ocorreu de fato, no final dos anos 1930. Por outro lado, comprova que as estimativas dos autores citados, não levavam em consideração os números fornecidos pelo censo do Estado do Amazonas realizado em 1920, quando então foram contadas 7.424 pessoas vivendo no Município de Boa Vista, sendo 1.200 na vila sede. Portanto, não há razão que possa justificar essa perda populacional.

Considerações finais

A inserção de migrantes nordestinos na sociedade formada por fazendeiros, indígenas, comerciantes e religiosos estabelecida no alto Rio Branco se deu por meio da reprodução de alguns aspectos característicos da Região Nordeste – especialmente do sertão –, como o trabalho ligado à atividade pecuária, a cultura do couro, o

sistema de pagamento dos vaqueiros, as relações trabalhistas nas fazendas e a religiosidade. Estes fatores em conjunto, conforme estabelece a teoria das migrações, evidenciam que nesse processo migratório os migrantes buscaram reproduzir características do seu lugar de origem.

A utilização do couro na fabricação de utensílios domésticos (cadeiras, redes) ou de artefatos de uso diário dos vaqueiros (cordas, gibão, perneiras), observada por Rice (1978) nas fazendas do alto Rio Branco, fato mencionado por Queiroz (1997) ao referir-se ao sertão nordestino, comprova uma estreita ligação entre essas duas regiões. Esta relação também pode ser percebida quanto aos aspectos religiosos, principalmente aqueles ligados aos santos de devoção e às festas religiosas, como a Festa de São Sebastião.

Os moradores de Boa Vista nesse período, considerados como apáticos, preguiçosos, entre outros termos depreciativos, na verdade, faziam parte de uma população esquecida, como a grande maioria da população do interior do país e mesmo das periferias das grandes cidades durante a Primeira República. Tal fator, no entanto, não representou um entrave para que houvesse momentos de sociabilidade, de troca cultural, de vidas transformadas pela migração, de devoção, de conflito, de convívio amigável na Matriz de Nossa Senhora do Carmo, que ditava os valores a serem seguidos.

Além do mais, a pequena povoação também era vista como uma terra na qual a hospitalidade de seus moradores era um dos traços característicos. Fato observado por alguns viajantes estrangeiros. Estes perceberam também a influência positiva que as freiras e os monges beneditinos exerciam nas relações sociais e familiares da população. Todavia, não deixaram de pontuar alguns aspectos negativos, como a carestia dos gêneros de primeira necessidade, a negligência da agricultura e a carência de frutas e legumes na alimentação.

Atualmente, a presença marcante de nordestinos vivendo na capital Boa Vista, com seus sotaques inconfundíveis disseminados pelas lojas, bancos, feiras, mercados e repartições públicas; fachadas lembrando o Nordeste em restaurantes, lojas, farmácias, representam fortes indícios dessa influência disseminada pela cidade. Desse modo, os fatores ressaltados aqui comprovam a historicidade da corrente migratória estabelecida entre a Região Nordeste e a Amazônia, especialmente para o vale do Rio Branco, cujas origens remontam ao período colonial.

Recebido em fevereiro, aprovado em março.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Antônio Alves de; et al. *Série Monográfica – 1 – Município de Boa Vista. Território Federal de Roraima/Secretaria de Educação e Cultura*. Boa Vista. 1987.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrósio & FERREIRA, Efreim Jorge Gondim. *Historiografia das Expedições Científicas e Exploratórias no Vale do Rio Branco*. In: *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*. Manaus: INPA, 1997.
- BARROS, Nilson Cortez Crócia de. *Roraima: Paisagens e tempo na Amazônia Setentrional*. Estudo de ocupação pioneira na América do Sul. Recife: Editora Universitária UFPE, 1995.
- BRASIL, Amazonas. *Berço Histórico de Boa Vista*, il, 1996.
- DA SILVA, Raimunda Gomes. *Reinventando um novo viver: mulheres cearenses em Boa Vista (1950-1989)*. Dissertação (Mestrado em História). 2003. UFRJ/IFCS/PPGHIS, Rio de Janeiro.
- EGGERATH, Pedro. *O vale e os índios do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- FARAGE, Nádia; SANTILLI, Paulo. *Estado de Sítio: territórios e identidades no Vale do Rio Branco*. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. (p.267 a 278).
- FREITAS, Aimerê. *Geografia e História de Roraima*. Boa Vista, 2000.
- KOCH-GRÜNBERG, Theodor. *Do Roraima ao Orenoco: observação de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- MAGALHÃES, Dorval. *Roraima – Informações históricas*. Rio de Janeiro, 1986.
- OURIQUE, Jacques. *O Valle do Rio Branco: Estado do Amazonas – Edição Especial*, 1906.
- PEREIRA, Luciano. *O Rio Branco: Observações de Viagem*. Manaus: Imprensa Pública, 1917.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *História do cangaço*. 5. ed. São Paulo: Global, 1997. (História Popular; 11).
- RICE, Alexander Hamilton. *Exploração na Guiana Brasileira*. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- RODRIGUES, Francilene dos Santos. *“GARIMPANDO” A SOCIEDADE RORAIMENSE: Uma análise da Conjuntura sócio-política*. Dissertação (Mestrado). 1996. Universidade Federal do Pará. Belém.
- SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Políticas Públicas, economia e poder: o Estado de Roraima entre 1970 e 2000*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). 2004. Universidade Federal do Pará, Belém-PA.
- VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima*. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo-SP, 2009. (Tese de doutorado).
- VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, Fazendeiros e Índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 – 1980*. Boa Vista: Editora UFRR, 2007.

Jornais

Jornal do Rio Branco. Boa Vista: Edições de 1916.

Jornal do Rio Branco. Boa Vista: Edições de 1917.